

# CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO IMPÉRIO OTOMANO (SÉCULOS XVI-XIX) E SUAS POTENCIALIDADES DE ANÁLISE NO BRASIL

GIULIANNA GIRARDI DOMENEGHINI<sup>116</sup>

CAROLINA DA SILVA LEITZKE<sup>117</sup>

**Resumo:** Este artigo descortina uma história das compreensões de gênero e as práticas de sexualidade no centro do Império Otomano entre os séculos XV e XIX, tendo por objetivo contribuir para mostrar a diversidade de práticas sexuais e demarcações de gênero em diferentes épocas e lugares ao expor aspectos do mundo otomano pouco conhecidos no Ocidente, particularmente no Brasil. Amparado em fontes especializadas por meio de revisão bibliográfica, o artigo busca contribuir para evidenciar que a normatividade dos padrões sexuais é sempre historicamente contextualizada.

**Palavras Chave:** Império Otomano, Islã, História da Sexualidade, Gênero.

## 1. INTRODUÇÃO

O meio acadêmico brasileiro já nutre interesse pela religião islâmica há cerca de três décadas. Como apontam Barbosa e Paiva (2017), o desenvolvimento de grupos de estudo e de núcleos de pesquisa sobre o Islã é mostra desse desenvolvimento, tendo os conflitos atuais no Oriente Médio e seu consequente fenômeno de imigração em massa tomado a liderança nas pesquisas brasileiras. Dentre os poucos estudos sobre otomanos no Brasil, encontram-se principalmente pesquisas que convergem com os temas imigração e conflitos contemporâneos no Oriente Médio. Contudo, ao tratar-se de gênero e sexualidade nessa região, os trabalhos em língua portuguesa se tornam bem mais escassos.

Temáticas como o gênero e a sexualidade no Islã despontaram interesse global somente na década de 1990, tendo surgido no Brasil em um período muito recente e de forma muito escassa. Dentre os poucos nomes que despontam nessa linha de pesquisa no país estão Marina Juliana de Oliveira Soares, Camilla Motta Paiva e Francirosy Campos Barbosa, que desempenham importante papel na análise das vivências de sexualidades femininas no Islã.

Nos poucos casos em que se encontra conteúdo disponível em revistas e sites jornalísticos, como o da BBC, que chegam a tratar especificamente de sexualidade no Oriente Médio, suas matérias de divulgação tratam de maneira exagerada e mistificam os tópicos do harém, escravidão feminina e liberdade sexual, insistindo em equívocos conceituais. Desse modo, evidencia-se a necessidade da produção, em

---

<sup>116</sup> Graduada no bacharelado em História com Láurea Acadêmica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [giuliannadomeneghini@gmail.com](mailto:giuliannadomeneghini@gmail.com).

<sup>117</sup> Graduanda em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [carolinasleitzke@gmail.com](mailto:carolinasleitzke@gmail.com).

língua portuguesa, de conteúdo analítico e referenciado dentro do campo de estudos de gênero em sua intersecção com o Islã.

O profícuo campo interdisciplinar de estudos de gênero e sexualidade cresce no Brasil desde a década de 1980 e aos poucos é inserido nas discussões sobre o Islã. Ainda assim, por mais que existam estudos que tratam das vivências de sexualidades de mulheres islâmicas brasileiras e sobre a condição das mulheres em países do Oriente Médio na atualidade, advindos principalmente das pesquisadoras já mencionadas, não existem referências condizentes com o tema gênero e sexualidade no Império Otomano. Dessa forma, nota-se que essa rica temática é ainda praticamente inexistente nos debates sobre história do Islã, do Oriente Médio e do Império Otomano dentro do Brasil.

Empregamos como fundamental, nesse artigo, a exposição de Guacira Lopes (1997), que sinaliza que o conceito de gênero é caracterizado por um forte apelo relacional, na medida que é em meio às múltiplas relações sociais que os gêneros são construídos e compreendidos. A contextualização histórica quanto à compreensão social de determinado gênero é imprescindível para evitarem-se generalizações e proposições essencialistas. Esse processo é fundamental principalmente quando se consideram formulações de gênero e práticas de sexualidade tão diversas da binariedade feminino/masculino e hetero/homossexual que prepondera no imaginário ocidental.

Como afirma Rago (2013), uma vez que a binariedade é vista como a maneira “correta” e “natural” de experienciar gênero e sexualidade, supõe-se que todas as sociedades, independentemente de época ou cultura, também devem ter construído as mesmas lógicas e experiências. Entretanto, é justamente a percepção de que essas construções são histórica e culturalmente definidas que contesta as representações naturalizadas na sociedade ocidental.

Nesse sentido, Senem e Caramaschi expõem que

O conhecimento da história e das vivências culturais dos diferentes povos permite desconstruir modelos cristalizados e hegemônicos que se perpetuaram durante muito tempo, permitindo o desenvolvimento de uma concepção ampla, crítica e plural da sexualidade humana (SENEM, CARAMASCHI, 2017, p. 185).

Em vista disso, propomos contribuir aos estudos de gênero e sexualidade no Brasil com uma análise de um período e sociedade em que, como em boa parte da história humana, os indivíduos não concebiam as formas da sexualidade em termos fixos e binários. Ao darmos enfoque às práticas otomanas, destacamos essa pluralidade de compreensões e vivências da sexualidade humana, de formas particulares e sociais.

## 2. ASPECTOS GERAIS PARA A COMPREENSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ISLÃ E NO IMPÉRIO OTOMANO

O Império Otomano foi uma força teocrática em que todas as faces do governo eram intrinsicamente ligadas aos fundamentos sociais e às leis do Islã. O poder hegemônico, logo, era muçulmano, sendo que as diversas populações não-muçulmanas existentes em seu interior eram reconhecidas e protegidas pelo Sultão. Nossa análise parte do pressuposto de que a religião era um determinante para a compreensão de mundo dos otomanos. Por conseguinte, tratar do Islã é entender como essa religião afetava o Império Otomano e suas construções quanto à gênero e sexualidade, que nem sempre se adequam a interpretações clássicas do Alcorão. Embora não tenhamos focado na experiência de

gênero do mundo islâmico como um todo, mantemos em mente que a religião afetava a construção e o entendimento de gênero e sexualidade no período e localidade analisados.

As temáticas do gênero e da sexualidade no Islã foram ignoradas por décadas pelos pesquisadores, apesar da quantidade de fontes sobre o tema ser bastante extensa. As pesquisas na área só começaram a se mostrar produtivas a partir de 1990, com o despontar de estudos em universidades do Oriente Médio e dos Estados Unidos, de modo que nos anos 2000 já havia um campo de estudo profícuo, mas com muitas abordagens possíveis e fontes ainda à espera de estudo.

Pierce (2009) aponta que a quantidade de fontes mostra uma sociedade em que a temática da sexualidade era central e natural, como é possível notar nos diversos tratados médicos, na sua linguagem, pintura e literatura. A circulação desses tratados e formas de arte era parte fundamental da cultura e da vida diária entre os otomanos, sendo visualizados, utilizados e discutidos continuamente nos espaços públicos.

Falar de gênero e de sexualidade dentro desse contexto, especificamente no Império Otomano em seu período de maior expansão, durante os séculos XVI e XVII, é considerar também diversas questões conceituais já apontadas e incansavelmente analisadas por historiadores, como Irvin Schick, Bruce Dunne, ou Abdulhamit Arvas.

A diferença do centro e das periferias abre o tópico do alcance da cultura urbana e das experiências interculturais nos arredores dos centros e nos campos. As fontes tratam com destaque as maiores cidades onde foram produzidas, por isso é mais difícil compreender gênero e sexualidade fora delas. Istambul, Bagdá, Cairo e seus arredores são os locais do Império Otomano que mais se destacam, onde a expressão da sexualidade e gênero é mais visível pelas fontes. É nesse contexto em que ocorrem as relações interpessoais propulsoras da consolidação das compreensões de gênero dentro das grandes cidades do Império.

Em uma análise que parte dos anos vividos por Maomé às seguintes tradições islâmicas na Idade Média e início da Idade Moderna, Bouhdiba (2004) afirma que as fontes apontam que os muçulmanos falavam sobre sexualidade sem inibições ou restrições morais. O próprio Alcorão contém diversas passagens que exprimem sexualidade, sendo que a sexualidade feminina é reconhecida e muito comentada.

É importante destacar que, para o Islã, é fundamental a existência de dois sexos biológicos, que convergem com sua compreensão de gênero: indivíduos biologicamente mulheres seriam do gênero feminino e indivíduos biologicamente homens seriam do gênero masculino. Cada um assumiria no centro de seu grupo determinados papéis, definidos por seus gêneros.

O ideal de masculinidade era a base da separação dos papéis sociais e de gênero. Segundo Barbosa e Paiva (2017), as comunidades islâmicas eram organizadas segundo uma divisão homossocial:

Feminino e masculino pertencem a ordens diferentes. Existem fronteiras rígidas que definem a feminilidade e a masculinidade, delimitando rigorosamente os papéis de cada um. Tal delimitação, pautada na harmonia da criação e na supremacia da biologia, tem seu correlato no corporal, na aparência: a barba é símbolo da virilidade do mesmo modo que o véu é símbolo da feminilidade. Esses são sinais diacríticos que marcam bem a fronteira entre os sexos. O corpo funciona como marcador biológico da separação e dita que somos seres governados pela diferença – mas é justamente em tais diferenças que residiria a ordem do mundo e a possibilidade de complementaridade (BARBOSA, PAIVA, 2017, p. 204-205).

As duas autoras ainda destacam que as mulheres e os homens teriam papéis diferentes, mas complementares. Nesse sentido, o Islã conferiu direitos às mulheres ainda no século VII, permitindo a elas o voto, a escolha do marido, a possibilidade do divórcio e, fundamentalmente, o direito ao prazer - esse era tão central para a sociedade que se não fosse alcançado a mulher teria razão absoluta para pedir separação.

As sociedades islâmicas, como expõe Arvas (2014), eram organizadas em conformidade com princípios de hierarquia social e política, ou seja, a posição de alguém na hierarquia definia seu papel sexual, e vice versa. A sexualidade era definida de acordo com a recepção do pênis no ato sexual. Sexo, então, era definido pela penetração, que poderia ocorrer entre homens adultos livres e dominantes e seus inferiores sociais subordinados: esposas, concubinas, meninos, prostitutas e escravos.

A celebração do casamento no Islã, tanto nos tratados legais e religiosos como socialmente, é pensada como uma união ética e religiosa necessária, com um imperativo reprodutivo. Dentro dele, o sexo seria uma regra:

O sexo no Islã é reconhecido como natural, necessário e prazeroso, seja ou não praticado para fins de procriação. A relação sexual legal, no entanto, consiste na relação entre um homem e uma mulher, "e para a mulher significa relação sexual apenas com seu marido, para o homem com suas esposas e escravas". [...] Como a homossexualidade, ou mais propriamente a sodomia, existia nos tempos pré-islâmicos, ela é mencionada no Alcorão. Baseando-se na história bíblica de Ló e seu povo, o Alcorão condena a sodomia, determina que os ofensores sejam punidos, mas falha em prescrever uma forma particular de punição e oferece perdão àqueles que se arrependem (DUNNE, 1990, p. 66).<sup>118</sup>

Como coloca o autor citado, a única forma de sexo autorizada para as mulheres era com seus maridos - entretanto, como só era considerado sexo o ato com penetração, as mulheres estavam livres para buscar outras formas de relações sexuais com outras mulheres. Os homens podiam buscar livremente formas de relações sexuais com outros homens, desde que não fossem penetrados.

Porém, para o Islã, a sexualidade também passa por uma restrição básica, que é a proibição da relação sexual com penetração fora do casamento. Também é condenado o sexo anal e, por conseguinte, muitos interpretam como vetada a relação homossexual. É importante apontar que tanto os autores da atualidade quanto os leitores do Alcorão nos séculos passados divergem entre si ao afirmarem que a relação sexual entre indivíduos do sexo masculino seria proibida dentro do Islã, havendo diversas considerações diferenciadas ao longo dos séculos em diversos grupos islâmicos.

A leitura de Schmidtke (1999), como a de Dunne (1990), é de que a sodomia não foi negada pelo Alcorão de uma forma extensiva e impactante, o que abria a possibilidade da prática e do perdão aos praticantes, no caso improvável de serem considerados pecadores. Sabe-se que essa leitura era a mais comum dentro do Império Otomano e que a "proibição" não chegava a afetar paixões homossexuais nas quais aconteciam relações de penetração.

Outrossim, a existência de indivíduos que não agiam de acordo com seus papéis de gênero já foi apontada por pesquisadores e explicada em contextos particulares, como o dos dançarinos judeus ou dos eunucos em Istambul. Entretanto, faltam reflexões que se estendam a contextos mais amplos dentro do mundo islâmico.

---

<sup>118</sup> Tradução nossa.

### 3. CONSTRUÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CENTRO DO IMPÉRIO OTOMANO (SÉCULOS XV - XIX)

Apesar do destaque ao Islã, sabe-se que, principalmente nas grandes metrópoles, como Istambul, haviam bairros separados por religiões e indivíduos de diferentes culturas que circulavam pelas ruas e interagiam uns com os outros, associando elementos de suas crenças. Aqui, daremos atenção à parte islâmica da sociedade e às suas visões quanto ao gênero e a sexualidade.

Os trabalhos de Irvin Shick (2020) expõem as concepções de gênero dentro do mundo otomano, entre os séculos XV e XIX. O autor denota que, entre os otomanos, pensavam-se três gêneros e duas sexualidades. Em princípio, os otomanos não operavam somente sob a dicotomia do feminino ou masculino, mas tinham uma concepção mais fluida em que as categorias de gênero poderiam ser divididas entre masculino (homens), feminino (mulheres) e o referente a meninos jovens. A sexualidade de determinado indivíduo, por sua vez, era definida apenas pelo ato de penetração durante a relação sexual: quem penetrava e quem era penetrado.

Segundo o autor, é evidente que meninos eram considerados possuidores de um gênero próprio ao serem repetidamente diferenciados de homens e de mulheres. Ao serem retratados em imagens e na literatura, é a ausência de barbas e o corpo ainda não possuidor das características de um homem adulto que os tornaria não só objetos de desejo, mas também indivíduos não completamente masculinos, o que permitia que fossem participantes de relações de penetração sem nenhum tipo de censura. Esse tipo de relação é altamente evidenciado na literatura e na arte otomanas, sendo praticamente normativo em meio à essa sociedade.

A maneira como gênero e sexualidade são retratados muda conforme o tipo de literatura e a classe social ao qual o material é dirigido. As narrativas literárias, como mostra Schick (2004), tendem a refletir as concepções de gênero da época. Algumas obras, como os *bâhmâme*, que pode ser traduzido como manual sexual, ou um livro de relações sexuais, em partes dedicadas à medicina tratam os gêneros de maneira igualitária e retratam a sexualidade como algo positivo. De modo geral, mesmo obras cujo tema predominante é o amor não excluem a presença de temáticas e desenhos explicitamente sexuais.

Segundo o autor, uma particularidade da poesia otomana é que o gênero do interesse amoroso do eu-lírico tende a ser ambíguo. Era frequente o interesse amoroso descrito ser um menino, enquanto as mulheres eram raramente mencionadas. Quando apareciam, denotava-se uma desvalorização da mulher por sua suposta incapacidade de amar completamente. Os otomanos retratavam o amor dos meninos como puro, profundo e superior, enquanto o amor das mulheres era diminuído a sua carnalidade. O amor mais valioso, nesse contexto, seria o dos homens por meninos.

Um único autor sugere uma possível origem para os meninos que participavam dessas relações de sodomia. Ben-Naeh (2009) coloca que possivelmente esses eram órfãos, pobres ou até mesmo desprezados, como atendentes de casas de banho. Eles possuíam o que autor chama de uma “dupla fraqueza” por serem jovens e membros de uma classe social inferior, o que os tornavam um alvo supostamente legítimo para a exploração sexual e, particularmente, para a penetração anal. Ele ainda supõe que, quando essa exploração gerava lucro, ela ocorria com o consentimento mudo dos pais ou tutores desses meninos.

Nesse sentido, Dunne (1990) supõe que a sociedade teria preferido mostrar um certo grau de tolerância ao ponto da legitimação dessas relações. A atração pelo mesmo sexo teria sido percebida como

inevitável e natural dentre os otomanos e a atuação sobre essa atração, permissível com meninos jovens.<sup>119</sup> O Alcorão podia desaprovar a prática homossexual, mas não depreciava o sentimento homoerótico, sendo a atração mútua entre homens vista como perfeitamente natural.

De acordo com Schick (2020), os homens tinham poder sobre aqueles com quem mantinham relação de penetração. O sexo com meninos ou prostitutas não prejudicava sua posição pública como homem ou ameaçava os valores sociais. Porém, as relações homossexuais entre homens adultos permaneciam publicamente inaceitáveis. Elas podiam ser mantidas em segredo por concordância das duas partes, que sabiam do perigo do ato para sua imagem. Dunne (1990) acredita que isso pode ser herança da pederastia grega, em que o penetrado sofria uma forma de estigmatização e era visto como um indivíduo sem masculinidade.

Arvas (2014) também reitera que a relação entre dois homens adultos seria problemática. A ideia de que um homem adulto pudesse ter prazer ao ser penetrado era considerada inexplicável e suas causas eram atribuídas a patologias. O desejo de um homem adulto de ser penetrado era considerado um tabu, pois derivaria de uma inversão da lógica de dominação e subordinação, feminizando o homem adulto:

[...] estigmatização deve-se evidentemente, então, à subversão da hierarquia do penetrador e do penetrado. Um menino pode ser penetrado temporariamente – é bastante aceitável por causa de sua pouca idade – enquanto o desejo de um homem adulto de ser penetrado é um tabu, uma doença, seja genética ou uma aflição posterior (ARVAS, 2014, p. 156).<sup>120</sup>

Outrossim, quem deveria ter satisfação no ato sexual entre dois indivíduos biologicamente homens, independentemente de sua idade, seria somente o dominante, tornando ainda mais estranho nessa mentalidade que um homem adulto tivesse desejo de ser penetrado.

Dunne (1990) argumenta que eram os homens adultos que apareciam na esfera pública desse mundo homosocial, circulando por banhos, cafés, praças, seus locais de trabalho, etc. Era nessa esfera que eles se qualificavam como aqueles no topo da pirâmide social e desenvolviam relações potencialmente homossexuais. Nessa perspectiva, o autor cita a descrição que o escritor Gustave Flaubert fez do Cairo em 1850. Segundo Flaubert, na cidade, os homens admitiam e falavam sobre sodomia com meninos em lugares tão públicos como nas recepções de hotéis.

Para Dunne (1990), diversos relatos como esse tratam da normalidade da homossexualidade no Império Otomano, além das fontes literárias e artísticas próprias. Como exemplo, o inglês Joseph Pitts, um marinheiro que foi capturado e vendido como escravo em Argel em 1678, observou que o “pecado da sodomia” estava tão longe de ser punido entre os otomanos que era parte de seu discurso ordinário. Conforme ele expressa “É comum que os homens lá [em Argel] se apaixonem por meninos, como é aqui na Inglaterra se apaixonar por mulheres”.

Logo, para os jovens-homens que tinham desejo sexual e eram incapazes de pagar o casamento - pelo fato de ter que sustentar a esposa, homens passavam anos acumulando dinheiro e casavam tarde - a relação com meninos e a busca por prostituição eram de fato aceitáveis. Dunne (1990) sustenta que talvez

<sup>119</sup> É importante destacar que possíveis interesses ou razões para o menino se envolver nesse tipo de relação não são apontados por nenhum autor, além do possível ganho monetário pela prostituição. A partir disso, é relevante considerar que, na lógica otomana, a relação sexual com meninos não era considerada uma forma de violência, diferentemente do que seria apontado hoje.

<sup>120</sup> Tradução nossa.

a prevalência e a legitimidade da homossexualidade entre os otomanos eram formas de integração social para aqueles cujos papéis normativos, como o casamento, eram intangíveis.

De acordo com o autor, a sociedade otomana era altamente regrada e regulada. As relações homosociais eram a norma nas ruas, nos cafés, entre os militares, nas relações de trabalho, etc. A prostituição masculina ocorria nessas esferas e estava sempre disponível para os homens adultos. Essa prostituição passava inclusive por regulamentação fiscal e controle estatal, outra amostra da sua normalidade, supondo-se que, se era regulada pelo Estado, devia movimentar uma quantia bastante significativa de dinheiro.

O autor aborda que o sistema "pederasta" também pode ter sido reproduzido dentro das guildas e ter sido central para o sistema social e econômico. Ele funcionaria de modo que, para aprender um ofício, era esperado de um menino que servisse sexualmente seu mestre. Porém, não existem estudos suficientes na atualidade para que se possa comprovar essa sugestão.

Além disso, Dunne (1990) destaca que estudar as relações homoeróticas dentro do Império Otomano e em sociedades islâmicas da mesma época também significa entender as relações heterossexuais e a dominação dos homens sobre as mulheres, já que essas eram excluídas dos locais públicos e de interação. Como já mencionado, o ideal de masculinidade era a base da separação dos papéis sociais e de gênero e um homem que era penetrado sofria uma certa feminização, o que corrompia sua masculinidade.

A significação da masculinidade nas relações de sodomia também é pontuada por Arvas (2014). De acordo com o autor, nessa masculinidade estavam concentrados potenciais de atração e aspiração, determinados no ideal dos corpos masculinos fortes e heroicos. Nessa lógica, o interesse de um homem por meninos estaria focalizado no fato de que eles cresceriam e os homens poderiam ver seu corpo adquirir as características dessa masculinidade, como a barba e os músculos.

Ben-Naeh (2005) aponta que a transgeneridade, ainda muito pouco analisada em estudos sobre o Islã, era algo que afetava o equilíbrio do sistema ao afrontar a masculinidade. Contudo, algumas de suas formas foram aceitas publicamente, como o autor coloca em uma pesquisa sobre dançarinos judeus que se apresentavam em Istambul, vestidos caracteristicamente como mulheres.

Segundo Amer (2009), as mulheres, assim como os meninos, são frequentemente relegadas a um papel de objeto sexual na literatura e na arte. Mulheres que possuíam interesse sexual por mulheres não eram pensadas como possuidoras de uma forma específica de sexualidade, mas sim como ausentes de sexualidade. Como não haveria entre elas relação de penetração, sua relação não era vista propriamente como uma forma de sexo ou de traição para com o marido.

Como explica a autora, existem poucas fontes que retratam as mulheres árabes como tendo um certo poder sobre suas vidas sociais e sexuais. Quando isso acontece, é comum aparecerem descrições de atos sexuais lésbicos, nos quais as mulheres detinham potencial controle.

A homosociabilidade, como forma de segregação social, se dava no contexto de binariedade: homens eram considerados sexualmente autônomos e dominantes, enquanto as mulheres eram vistas como subordinadas. Logo, a exclusão social existia e limitava as ações femininas. O comportamento e os movimentos da mulher eram restritos, e ela era obrigada a manter fidelidade absoluta ao marido condizente com o que era considerada a relação sexual.

Assim, sob a perspectiva de Dunne (1990), o casamento era uma necessidade que visava atender às normas sociais e separava os sexos, garantindo que a relação feminina com homens se dava somente em esfera privada com seus maridos, pais e parentes próximos.

Ainda assim, as fontes mostram que as mulheres tinham e usavam seus direitos para garantir reparações ou aquilo que lhes achavam devido, indo às cortes judiciais e ao sultão, como enfatiza Ener (1998). Elas buscavam divórcio, custódia dos filhos, penalização de agressores e detinham direito à propriedade e à herança, tendo muitas delas dirigido estabelecimentos e sido investidoras. Portanto, de acordo com Zilfi (2009), uma completa exclusão social seria praticamente impossível, principalmente entre as classes mais pobres nas grandes cidades e nos campos, em que havia uma dependência para com a mulher como geradora de fontes de renda familiar.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo não buscamos realizar uma análise exaustiva e absoluta da configuração das relações de gênero no Império Otomano, quanto mais considerá-la como possibilidade nesse curto espaço. Pretendemos, em vez disso, por meio da revisão da bibliografia sobre o assunto, abrir caminhos para estudos posteriores que possam desvelar essas diferentes formas de configurações de gênero e sexualidade em língua portuguesa.

Por conseguinte, procuramos esclarecer as hierarquias articuladas que envolviam as relações de gênero e sexuais na sociedade otomana, com posições sociais dominantes e subordinadas: homens adultos no topo e mulheres, meninos e escravos abaixo. Essas categorizações de dominante e de subordinado, tal como abordado por Dunne (1990), são estruturas de poder social que definem os papéis sexuais e de gênero dos indivíduos.

Muitas dessas construções diferem de interpretações clássicas do Islã, sendo que nesses fenômenos de divergência e na capacidade de aceitação da população quanto a eles há muito ainda a ser explicado. Nessa lógica, essas configurações não podem ser consideradas específicas do Islã, mas somente da sociedade otomana dos séculos XV a XIX em suas interpretações próprias dos escritos sagrados. Quando tratamos dos diversos fatores, como a visão do Islã sobre gênero e sexualidade, ou sua presença na literatura, não estamos assumindo que cada uma dessas visões seja universal, mas que, em seu conjunto, compunham possibilidades de expressão sexual entre os otomanos.

Tais expressões, como expõe Dunne (1998), divergem da vigente distinção ocidental entre identidade sexual e identidade de gênero, que teve pouca ressonância no Oriente Médio. Essa construção da modernidade ocidental não repercutiu no Império Otomano até o século XIX, período até o qual as formas de sexualidade abordadas permaneceram praticamente imutáveis.

Os meios de compreensão da sexualidade no Império Otomano ainda repercutem e formam a base do entendimento de relações de gênero de grande parte dos cidadãos de territórios que fizeram parte desse Império. As categorias ocidentais produziram poucos efeitos sobre as mentalidades no Oriente Médio. Isso contrasta fortemente com a criminalização da homossexualidade e a normalidade das famílias binárias monogâmicas em vários países orientais na atualidade, consequências de fenômenos extensos e complexos que devem ser apontados, mas não nos cabem aqui.

Não obstante, há uma potencialidade enorme no estudo sobre gênero e sexualidade no Islã e no Império Otomano, que pode envolver ainda as mais diversas interseccionalidades. No Brasil, existem extensas possibilidades de pesquisa e de publicação, devido não só à bibliografia quase inexistente em língua portuguesa, mas também à facilidade de acesso a fontes digitalizadas na atualidade. Destacamos a



*David Collection*, ou  *Davids Samling*, em Copenhague, que concentra um amplo acervo imagético de tratados médicos, literários e religiosos ilustrados disponibilizados em seu site.

Em vista disso, o estudo desses tópicos pode contribuir para demonstrar a inverossimilidade da naturalização de identidades cisgêneras e da heterossexualidade na atualidade e no estudo da história. Desse modo, a busca por compreender gênero e sexualidade em contextos, sociedades e épocas tão distantes da lógica que prevalece no Brasil contemporâneo é de imensa significação para a compreensão de que na maior parte da história humana, a sexualidade era vivida em termos fluídos e heterogêneos. Logo, a normatividade dos padrões sexuais deve sempre ser social e historicamente contextualizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUKHALIL, As'ad. *A Note on the Study of Homosexuality in the Arab/Islamic Civilization. The Arab Studies Journal*, Washington DC, v. 1, n. 2, p. 32-34, outono 1993.
- AMER, Sahar. Medieval Arab Lesbians and Lesbian-Like Women. *Journal of the History of Sexuality*, Austin, v. 18, n. 2, p. 215-236, maio 2009.
- ARVAS, Abdulhamit. From the Pervert, Back to the Beloved: Homosexuality and Ottoman Literary History, 1453–1923. In: McCallum, E. L.; Tuhkanen, M. *The Cambridge History of Gay and Lesbian Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 145-63.
- BARBOSA, Francirosy Campos; PAIVA, Camila Motta. Sexo/prazer no Islam é devoção. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 37, n.3, p. 198-223, 2017.
- BEN-NAEH, Yaron. Moshko the Jew and his Gay Friends: Same Sex Sexual Relations in Ottoman Jewish Society. *Journal of Early Modern History*, Minneapolis, v. 9, n. 1, p. 79- 105, janeiro 2005.
- BOUHDIBA, Abdelwahab. *Sexuality in Islam*. 1 ed. Londres: Saqi Books, 2004. 298 p.
- CARAMASCHI, Sandro; SENEM, Cleiton José. Concepção de sexo e sexualidade no Ocidente: origem, história e atualidade. *BarBarói*, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 166-189, dezembro 2017.
- DUNNE, Bruce W. Homosexuality in the Middle East: An Agenda for Historical Research. *Arab Studies Quarterly*, San Bernardino, v. 12, n. 3/4, p. 55-82, verão/outono 1990.
- DUNNE, Bruce W. Power and Sexuality in the Middle East. *Middle East Report*, Tacoma, n. 206, p. 8-11, primavera 1998.
- ENER, Mine. Reviewed Work(s): Women in the Ottoman Empire: Middle Eastern Women in the Early Modern Era by Madeline C. Zilfi. *Turkish Studies Association Bulletin*, Bloomington, v. 22, n. 2, p. 48- 54, outono 1998.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 151 p.
- LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.14-36.
- MEIHY, Murilo Sebe Bon. “Arabia Brasiliensis”: Os estudos árabes e islâmicos no Brasil. *Journal of Judaic and Islamic Studies*, Évora, v. 1, p. 18-28, 2014.
- RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Florianópolis, n. 11, p. 89–98, 2013.
- SCHICK, Irvin Cemil. Between the Abstraction of Miniatures and the Literalism of Photography: Amateur Erotica in Early Twentieth-Century Turkey. *Anthropology of the Contemporary Middle East and Central Eurasia*, v. 5, n. 1, p. 1-26, 2021.

SCHICK, İrvin Cemil. Representation of Gender and Sexuality in Ottoman and Turkish Erotic Literature. *Turkish Studies Association Journal*, Bloomington, v. 28, n. 1-2, p. 81-103, 2004.

SCHMIDTKE, Sabine. Homoeroticism and Homosexuality in Islam: A Review Article. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, Londres, v. 62, n. 2, p. 260-266, 1999.

SCHICK, İrvin Cemil. Three Genders, Two Sexualities: the Evidence of Ottoman Erotic Terminology. In: Kreil, A; Sorbera, L; Tolino, S. *Sex and Desire in Muslim Cultures: Beyond Norms and Transgression from the Abbasids to the Present Day*. Londres: Bloomsbury, 2020, p. 87-110.

ZILFI, Madeline C. *Women and Slavery in the Late Ottoman Empire - The Design of Difference*. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 302 p.